

Da partícula pois ao conceito de apodeixis

Uma das particularidades de certas partículas, que estabelecem entre duas orações um nexó semântico de causa, explicação, razão ou motivo como, por exemplo, porque, por isso, pois, consiste em que alguns desses pares de orações assim ligados admitem duas ordenações diferentes entre si, com a colocação da partícula ora no início de uma, ora no início de outra oração:

As ruas estão molhadas, por isso choveu há pouco;

Choveu há pouco tempo, por isso as ruas estão molhadas;

Choveu há pouco tempo, porque as ruas estão molhadas;

As ruas estão molhadas porque choveu há pouco tempo;

Choveu há pouco tempo, pois as ruas estão molhadas;

As ruas estão molhadas; choveu, pois, há pouco tempo.

É claro que esta possibilidade de distribuição das partículas e das orações se liga com diferenciações de carácter semântico, mas também pragmático ou comunicativo; as tradicionalmente chamadas conjunções causais, conclusivas ou explicativas apresentam cada qual as suas tendências diversas de distribuição, que se prendem com registos mais ou menos correntes, ou letrados, de fala. Além disso, impendem sobre os seus usos certas regras de natureza lógico-semântica, ainda por cima contextualmente sobredeterminadas: assim, por exemplo, a chuva pode ser concebida como causa de as ruas estarem molhadas,

mas não vice-versa, pois, em âmbito quotidiano, há sempre uma clara precedência temporal do desencadear da causa sobre o desencadear do efeito; além disso, tal relação causal supõe a exclusão de outras condições que seriam também suficientes para que, no exemplo dado, as ruas ficassem húmidas como a passagem recente do carro municipal das regas. Verifica-se, deste modo, que a asserção linguística de um nexu causa/efeito obedece sempre a um filtro interpretativo que isola apenas os factores comunicativa e pragmaticamente mais relevantes, entre muitos outros que, de modo cumulativo ou alternativo, podem, por exemplo, intervir no estabelecimento de uma relação causal entre dada chuva e o molhado das ruas; por exemplo, subentende-se que, entre os dois estados de coisas, decorreu um certo intervalo de tempo limitado e sujeito a certas condições de evaporação, como a temperatura. Noutros termos: a concepção e expressão logística de causalidade depende, claramente, de factores pragmáticos.

Mas há ainda outro tipo de observações pragmáticas que, agora, nos vão interessar mais particularmente. É que uma construção de semântica causal ou conclusiva assume sempre um carácter dialógico tão evidente, que, mesmo em situação de solilóquio, é preciso analisar o enunciador, ou o acto de enunciação, em vários momentos e funções diferentes. Com efeito, do ponto de vista comunicativo, a asserção de um nexu causal, ou explicativo, seria, como tal, improcedente se, por exemplo, o alocutário se tivesse já previamente e cumulativamente apercebido, quer de que choveu ou chove, quer de que as ruas estão molhadas, quer de que a chuva é, sob dadas condições, condição suficiente para que as ruas se molhem. O acto comunicativo envolvido numa construção causal como a que

ficou explicada supõe que o alocutário desconhece, ou não tem mentalmente em vista pelo menos uma dessas três coisas. Isto abre um interessante campo de investigação linguística, pois, se tivermos em conta o conjunto desses três elementos, que são, no exemplo dado, a chuva, as ruas molhadas e a relação causal entre tal chuva e tal molhado - e fizermos o cálculo simples das aplicações deste conjunto no conjunto dicotómico de dois estados cognitivos, isto é, a de eles serem, ou não serem conhecidos, ou melhor, o de eles estarem ou não cognitivamente activados no alocutário - obteremos o quadro genérico de oito situações diferentes; ou melhor, teremos sete situações diferentes, se excluirmos, como já atrás propusemos, a hipótese de o alocutário estar ciente de todas as três coisas - caso em que se não verificaria um efectivo acto linguístico de informação. Para ocorrer a essas sete situações comunicativas diferentes, e ainda a outros factores pragmáticos que aqui não analisaremos, a língua portuguesa dispõe de um elenco variado de conjunções causais e conclusivas, cada qual com uma distribuição diversa, dispõe em certos casos, e como inicialmente vimos, da possibilidade de antepor ou pospor a oração conjuncional à outra oração correlacionada e dispõe ainda de outros ingredientes complexos e mal estudados no domínio da entoação, das pausas e de outros factores articulatórios. Não abordarei desenvolvidamente este assunto. Limito-me a sugerir a sua complexidade.

Assim, se nos limitarmos a ter em conta um factor importante, que é o da simples ordem sintagnática, na frase seguinte:

Choveu há pouco tempo, por isso as ruas estão molhadas, o alocutário passa pela seguinte ordem de informações ou reactivações cognitivas: primeiro, é informado, ou lembrado, de

que choveu há pouco; depois, o operador por isso, ligado a certos efeitos prosódicos, prepara-o para a selecção de uma consequência pertinente de tal facto; finalmente, activa-se ou caracteriza-se a ideia de consequência sob a asserção de que as ruas estão molhadas. Mas, em contextos correntes, as coisas são em geral mais complicadas, porque a informação de que as ruas estão molhadas não acrescenta, nesta frase, qualquer informação nova à informação de que choveu pouco antes. Noutros termos, ao dizer-se, ou ao pensar-se:

Choveu há pouco tempo, por isso as ruas estão molhadas, normalmente o que se pretende apresentar não é um efeito da chuva, mas a razão pela qual o loquente se apercebe, ou se lembra, de que choveu; noutros termos: a activação informativa, ou mnesicamente inicial, de ter chovido há pouco não é seguida de uma estrita explicação causal, mas de uma explicação do motivo discursivo pelo qual se torna relevante dizer, ou pensar, que choveu há pouco. É que isso seja assim, ou possa ser assim, tem muito interesse, porque evidencia o seguinte: sob certas condições, um efeito, ou consequência de ordem física, de as ruas estarem molhadas pode dar origem ao motivo discursivo de enunciação de uma causa. Generalizando: dizer que, sob dadas condições lógicas e semânticas formais, que aqui não especificaremos, a uma ordem de causas corresponde, discursivamente, uma ordem inversa, que é uma ordem de razões ou motivos discursivos que activam uma representação física de causalidade.

Ora esta motivação discursiva de uma enunciado de causa, correspondente a um estado de coisas causal, digamos c, a partir de um estado de coisas, digamos e, enunciável como sendo seu efeito - esta motivação discursiva pode elevar-se da pragmática

linguística até uma pragmática comunicativa ou ainda teoria do comportamento, ainda mais geral e todavia também com expressão linguística; se, sob certas condições, o estado de coisas c aparece como causa de outro estado de coisas, e, então é possível, sob condições contextuais ainda mais restritas, não apenas enunciar a causa c por motivo do efeito e, mas ainda produzir o estado de coisas c para que se produza também o estado de coisas e. Se, ao carregar num dado botão se faz soar uma dada campainha, um dado soar dessa campainha pode razoavelmente motivar a asserção de que o botão foi carregado (na medida em que se exclua qualquer outra razão suficiente), mas pode também motivar certas asserções possíveis de que Fulano carregou no botão para fazer soar a campainha e, sobretudo, pode motivar o anúncio, feito por parte do enunciador, de que vai carregar no botão para soar a campainha. Aquilo que, numa construção final, figura como efeito intencional de um certo acto é, afinal, homólogo, àquele efeito físico enunciado, ou enunciável, que motiva a asserção de dado estado de coisas como sendo a sua causa. Daí a concepção aristotélica dos motivos como sendo causas finais correlativas de causas eficientes, e daí a relativa excepcionalidade de meras asserções de autoridade ou capricho do tipo de fiz isto porque quiz, ou fiz isto porque sim, e o normal emprego das causas finais em esquemas de regularidade objectiva, quer no comportamento alheio, quer no comportamento próprio:

Ele vestiu o casaco para se agasalhar, porque estava frio;

Eu vesti o casaco para me agasalhar, porque estava frio.

Em todas estas correlações de semântica e de

pragmática linguística, ou com expressão linguística, entre as noções de causa, motivo, interacção, razão explicativa e razão justificativa, há um aspecto dialéctico, ou dialógico, que particularmente me interessa aqui explorar independentemente de qualquer filosofia determinista ou não determinista a que isto já deu ensejo em análises praxeológicas como as de Van Wright (1976: 131-152).

Vou doravante concentrar-me numa partícula, a conjunção pois, de sentido tipicamente causal ou explicativo mas cuja frequência de uso e cuja larga e por vezes intrigante gama de funções pragmáticas me surpreenderam em textos dialogais mais ou menos vivos de Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós. Tem interesse lembrar que na origem, talvez indirecta, da partícula pois está uma preposição latina, post (Corominas, J. e Pascual, J. A. 1981: 683-684), cuja função semântica típica é a de indicar uma posição de posterioridade de ordem temporal ou outra, pouco mais ou menos como acontece com a locução depois de no português moderno e que em romance passa também a usar-se como equivalente à conjunção postquam, "depois que" (Löfstedt, 1959: p.47). A evolução desta e de outras partículas no sentido de posterioridade temporal, ou outra, para um sentido causal ou explicativo é fenómeno frequente, e merece atenção. Com efeito, se se empregar uma preposição ou conjunção de sentido basicamente temporal com um predicado de aspecto iterativo ou frequentativo, como em:

Depois de chover, as ruas ficam molhadas

a interpretação adequada é, realmente, causal; quer dizer, deixamos de estar perante a simples sequência temporal de dois estados de coisas e passamos a estar perante um dado conjunto de estados de chuva tal que, a cada um desses estados, corresponde,

sob certas condições, um estado de ruas molhadas. Ora numa frase como:

As ruas ficaram molhadas, pois choveu regista-se, não apenas uma relação funcional entre dois conjuntos de estados de coisas, mas também a verificação de um particular estado de chuva que, por um raciocínio condicional de modus ponens (ou seja, por instanciação universal (Wall, R. 1972: 65)) legitima a conclusão de as ruas se terem molhado. Mas a frase:

Choveu, pois as ruas estão molhadas é ainda semanticamente mais complexa e a sua veracidade depende, como já lembrámos, de condições contextuais mais restritivas, visto que nela a ordem inferencial, que vai da razão para a consequência lógica, obedece a uma ordem inversa da de antes e depois, isto é, inversa à ordem temporal.

Ora, na fala viva, mesmo quando já estilizada e, por isso, já de certo modo, padronizada nos diálogos camilianos ou queirosianos mais realistas, os usos de uma partícula inferencial como pois tornam-se bastante mais diversificados e complicados, porque o nexu lógico que ela estabelece deixa de travar-se apenas entre orações declarativas para articular-se entre vários tipos de actos de falar: Suponhamos este pequeno diálogo:

-Estou com sono! - Pois então deita-te!

ou a sua versão monologal:

-Estás com sono? pois então deita-te!

Na leitura mais simples que aqui vamos considerar para este diálogo explícito ou implícito, o uso cumulativo do pois e do então é expresssivamente redundante (a exortação, ou autorização, poderia reduzir-se a Pois deita-te! ou a Então

deita-te!, mas tem a vantagem de evidenciar que a exortação final é interpretável como apódose de uma condicional do tipo de:

Se estás com sono, então deita-te!

Isto permite chegar à generalização seguinte: do ponto de vista pragmático, a partícula pois, em frases como as que já foram consideradas, apresenta um acto linguístico de asserção, injunção, etc., como justificado ou ocasionado por uma determinada regra, ou regularidade, de ordem física temporal, lógica, psicológica, axiológica, ou de ordem consuetudinária. Mas, como já se verifica pelos últimos exemplos aqui apresentados de carácter mais ou menos explicitamente dialogal, o motivo a que muitas vezes se reage verbalmente com essa partícula é simplesmente um acto de fala do interlocutor:

Queria ficar - pois fica.

Posso ficar? - pois fica.

Às vezes a relação dialogal é comunicativamente complexa, como neste exemplo:

Queria dar uma volta - Pois não vês que já é tarde?

É evidente neste último breve diálogo que o segundo interlocutor pretende dissuadir, se não proibir, o primeiro interlocutor de dar uma volta. No entanto, em vez de produzir uma dissuasão ou proibição directa, pergunta-lhe se ele não vê, para sair, o inconveniente de já ser tarde. A pergunta é retórica no sentido de que espera do interlocutor a aquiescência ao facto de já ser tarde, e portanto ao facto de haver razão para ele não dar a volta. O pois está a activar essa razão, que se espera seja reconhecida pelo próprio primeiro interlocutor. Trata-se de uma razão activada por montagem retórica.

Mas a razão assinalada pelo pois pode ser dialogicamente inerente ao próprio dispositivo do enunciador, ou a um conjunto restrito de alternativas cognitivamente partilhadas pelo enunciador e pelo enunciatário. Notemos, por exemplo, os dois breves diálogos seguintes:

Eu acredito no Pedro - Pois eu não acredito.

Eu acredito no Pedro - Pois eu também acredito.

Plausivelmente, figuram num contexto em que o segundo interlocutor encara a frase do primeiro como motivo discursivo suficiente para se opor, ou para se conformar, com ele, na posição de sujeito de uma função proposicional disjuntiva: "x acredita (x não acredita) no Pedro". Registemos desde já que a estes dois breves diálogos correspondem duas séries monológicas:

Acreditas no Pedro? Pois eu não acredito.

Acreditas no Pedro? Pois eu também acredito,

cuja pergunta retórica faz melhor sentir a função proposicional subjacente. Mas ainda mais interessante é notar que se podem encontrar também correspondências muito próximas nas duas construções seguintes, de aparência condicional:

Se acreditas no Pedro, eu não acredito.

Se acreditas no Pedro, eu também acredito.

Esta correspondência evidencia que a conjunção condicional se, na oração de prótase, desempenha o mesmo papel que o pois na apódose correspondente. E é ainda mais importante observar séries dialogais ou condicionais semelhantes mas mais longas, a dois ou mais interlocutores, como por exemplo estas, em que se fala de um certo conjunto de crianças e das profissões em que eles sonham:

-O Zé quer ser médico.

-Pois o Tónio quer ser engenheiro.

-É o Pedro, aviador.

Se o Zé quer ser médico, o Tónio quer ser engenheiro,
e o Pedro aviador.

O que aqui globalmente se exprime é a correspondência funcional de um conjunto de crianças a um conjunto de profissões. Caso se queira pensar que, nestas séries, o se ou o pois são portadores de uma razão, motivo ou justificação, digamos que essa razão, motivo ou justificação é inerente a uma estrutura discursiva de correspondência semântica unívoca entre sequências sintacticamente paralelas.

Há outros usos da partícula pois em que pouco mais parece exprimir do que uma conexão de razoabilidade entre dois segmentos textuais. É, por exemplo, o caso de construções meramente resumptivas de qualquer ideia que ficou para trás no discurso: pois, como já atrás ficou dito, ou o pois de aparência meramente fática, de abertura de comunicação em: pois, meus senhores, muito boa tarde; pois estás com muito bom aspecto; pois fui encarregado de comunicar o seguinte. Este pois fático funciona como um operador de ancoragem daquilo que se diz sobre o contexto de comunicação. Ora, se nos lembrarmos de que entre os operadores de deixis existe um que serve para asserir a inserção de uma dada entidade em dado enquadramento presente, ou seja, a partícula eis, em frases como eis a minha casa - penso que seria talvez produtivo observar que a partícula pois em certos usos tidos em geral com fáticos (pois é verdade, pois cá estamos), exerce uma importante função que, analogicamente, designarei de ἀπόδειξις, isto é, uma função de conexão de algum modo lógica, entre a oração que introduz e a outra oração precedente, ou um estado de coisas virtualmente equivalente a uma oração. O nexos de ἀπόδειξις pode não ser linearmente de

causa, razão ou motivo e aproximar-se daquele valor de contraste que geralmente se exprime por construções adversativas ou concessivas, alias dialogicamente muito ligadas às condicionais, causais ou explicativas, precisamente porque exprimem objecções, ou contra-exemplos, para dadas regularidades mais ou menos admitidas. Notemos que a frase:

Tu acreditas no Pedro? Pois eu não acredito!

está pragmaticamente muito mais próxima de:

Tu acreditas no Pedro, mas eu não acredito.

Para abreviar por agora um assunto que noutro ensaio gostaria de tratar com mais espaço, vou terminar com dois exemplos que possam sugerir certos complicados meandros. Assim, observemos o contraste que ressalta entre estes dois textos semelhantes, um monologal, outro dialogal. O texto monologal é o seguinte:

Vou ainda ficar mais algum tempo. Pois não vês que é cedo?

Aquí, o enunciador chega, por meio de uma interrogação retórica do tipo que já analisámos, a uma dada razão (que é o ser ainda cedo) para a sua asserção disposicional de ficar ainda mais algum tempo onde está.

O texto dialogal é o seguinte:

1º loquente: Vou ainda ficar mais algum tempo.

2º loquente: Pois tu não vês que já é tarde?

Neste texto, uma interrogação retórica análoga à do primeiro exemplo confere à partícula pois o sentido, não de uma justificação da oração inicial, e sim de uma objecção, que a aproxima de uma adversativa transfrástica.

Mas tu não vês que já é tarde?

Em regra, a semântica e pragmática de uma construção

de pois é indissociável de efeitos ditos supra-segmentais que a podem modular, no seu sentido, de uma carga afirmativa para uma carga contrastiva, ou negativa. Suponhamos, por exemplo, este convite correspondido com uma anuência por parte do interlocutor:

Queres vir comigo? - Pois sim.

A partícula pois seguida pela pró-frase sim transforma a pergunta-convite do primeiro interlocutor na anuência afirmativa do segundo interlocutor.

Imaginemos o seguinte diálogo:

-Ele é inteligente...-Pois sim, mas trabalha pouco.

O segundo interlocutor dá o seu assentimento à afirmação do primeiro, pondo no entanto mais ênfase numa contrapartida de sinal axiológico oposto, que acrescenta. Talvez por desenvolvimento dum pois sim, mas, há um uso de pois sim, com entoação especial que exprime ou a negação, ou a indiferença relativamente a certa argumentação, ou explicação, de um interlocutor:

-Ele está disposto a ajudar-te.

-Pois sim. (entoação descendente)

Não pretendi tentar sequer uma tipologia da variedade de usos da partícula pois, cujas ocorrências são numerosas e por vezes difíceis de analisar, mesmo sem sair de exemplos inspirados pelo texto já estilizado de dois ou três romances de Camilo, ou Eça de Queirós. E como é bom nunca esquecer dificuldades e até perplexidades, vou rematar esta comunicação recordando um exemplo corrente e curioso, que não tentarei analisar, mas que eu não gostaria de ver como um simples estereótipo, ou mero resíduo de evolução diacrónica, pensando que seria mais interessante integrá-lo num quadro de coerência

sincrónica, pelo menos pragmática. Imaginemos a seguinte articulação entre um convite e uma resposta de aceitação:

-Quer dar-me o prazer da sua companhia? - Ora essa!

Pois não!

Curiosamente, este pois não funciona, ao nível prático mais visível, como se fosse um pois sim! No entanto, tal construção teria plausivelmente caído em desuso, ou nem sequer teria chegado a formar-se, se os loquentes não sentissem que ela é expressiva, sobretudo como fórmula de anuência cerimoniosa. (Plausivelmente, o 2º interlocutor exprime certa delicada estranheza quanto à pergunta (ora essa!) e nega (pois não) a hipótese de recusa que tal pergunta, formalmente admitiria - e isto através da modulação suprasegmental, entonatória, de uma pergunta retórica e elíptica (Pois não havia de dar tal prazer?).

De qualquer modo, se há qualquer coisa de perturbante na deixis, por exemplo, no facto de qualquer entidade extralinguística figurar na posição valencial de uma asserção como eis uma fita de Moebius, ou no facto de um acto manual poder funcionar como adverbial de maneira a acompanhar a asserção de uma frase como uma fita de Moebius faz-se assim - não é menos perturbante a extraordinária plasticidade semântica e pragmática daquilo a que me arrisquei a designar como apodeixis, ou seja, daquele proteico nexo interproposicional que permite ligar inferencialmente uma oração a outra oração ou discurso; e o exemplo mais simples e prototípico consiste, talvez, em darmos o nosso assentimento a uma frase, a uma enunciação acabada de ouvir, com a articulação de um pois é ou de um pois, ou mais efectiva, ou pressurosamente, de um pois, pois. Pois não será assim?

Referências bibliográficas:

- Corominae, J./Pascual, J. A. (1981): Dicionario Critico Etimológico Castellano e Hispánico, vol. IV, entrada "pues".
- Löfstedt, E. (1959): Late Latin, Oslo/London/Paris.
- Von Wright, G. H. (1970): Determinismus in den Geschichts - und Sozialwissenschaften. Ein Entwurf. (Incluido em: Handlung, Norm und Intention, de Gruyter, Berlin - New York, 1977.
- Wall, R. (1972): Introduction to Mathematical Linguistics, Prentice-Hall, New Jersey.